



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Seguridade social no Brasil

AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS: o que revelam as produções de periódicos de Serviço Social.

ESTHER EMANUELLE ALVES FEITOSA ¹

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO ROCHA SOUSA SEVERINO ²

GILCELIA BATISTA DE GÓIS ²

Resumo: Em tese, mediada pelo arcabouço jurídico-normativo, as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida dispõem de acessibilidade como um dos mecanismos para viabilização da inclusão social. No entanto, estudos realizados revelam lacunas acerca dessa temática nas políticas sociais. Para identificar e condensar tais lacunas, este Artigo questiona: quais são as principais dimensões da acessibilidade, barreiras, tecnologias assistivas nas políticas sociais nas produções de periódicos de Serviço Social? Para responder a essa indagação e ao objetivo proposto, realizamos um estudo sobre a acessibilidade nas produções de periódicos de Serviço Social, on-line, no período de 2011 a 2020 por meio de pesquisa quantiquantitativa.

Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiência; Políticas Sociais.

Abstract: In theory, mediated by the legal-normative framework, people with disabilities and reduced mobility have accessibility as one of the mechanisms for enabling social inclusion. However, studies carried out reveal gaps on this issue in social policies. To identify and condense such gaps, this article asks: what are the main dimensions of accessibility, barriers, assistive technologies in social policies in the production of Social Work journals? To answer this question and the proposed objective, we carried out a study on accessibility in the production of Social Work periodicals, online,

1 Estudante de Graduação. Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte

from 2011 to 2020 through quantitative-qualitative research.
Keywords: Accessibility; Deficiency; Social policies.

1 INTRODUÇÃO

Em suas múltiplas dimensões, a acessibilidade se opõe às barreiras presentes na sociedade que impedem e limitam a participação de pessoas com deficiência em condições de igualdade com as demais pessoas. O tema da acessibilidade têm sido introduzido paulatinamente em estudos, pesquisas, debates acadêmicos, discursos políticos, entre outros, relacionado, de certa forma, às necessidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida temporárias ou permanentes, intensificadas quando em interação com o conjunto de barreiras existentes.

As barreiras que contrapõe-se à acessibilidade são encontradas de maneiras diversas nas vias públicas, mobiliários, transportes coletivos, comunicação e informação, equipamentos urbanos, tecnologias assistivas, recursos didático-pedagógicos, e, sobretudo, nas atitudes humanas, as quais se manifestam de forma isolada ou agrupadas e perpassam todas as esferas da vida em sociedade, representam um fosso, muitas vezes a segregação para os grupos sociais que vivem em condições de limitações mais severas.

O empenho pelo enfrentamento e superação dessas barreiras vem reverberando e fomentando a criação de legislações que veiculam o direito a acessibilidade. No Brasil, esse eco se traduziu inicialmente por meio da atual [Constituição Brasileira promulgada em 1988](#), que expõe entre seus objetivos garantir os direitos sociais e individuais das pessoas, inclusive os das pessoas com deficiência. Foi a partir dela que surgiram várias leis e normas mais específicas visando garantir acessibilidade e inclusão.

Conquanto a expansão das políticas sociais e de produções relacionadas à essa temática, observa-se, com base em leituras, discussões, debates, participação em eventos, pesquisas realizadas na docência e na pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), lacunas sobre acessibilidade nas políticas sociais, exceto na área de educação. Em Serviço Social, as produções tratando de acessibilidade, além de reduzidas, estão dispersas em diversos periódicos, suscitando o interesse em identificá-las e compilá-las por meio de um estudo quanti-qualitativo e, desse modo, identificar quais as principais

dimensões, barreiras, tecnologias assistivas e formas de comunicação que estão permeando a acessibilidade às pessoas com deficiência. Associam-se a identificação dos aspectos imediatamente citados, o das políticas setoriais e publicações com esse tema.

Isso uma vez que, além das lacunas consideradas, para abranger pessoas com características e necessidades tão específicas e diversas, a acessibilidade deve ser estudada em múltiplas áreas, principalmente naquelas que mais contribuem para limitar ou obstacularizar a participação com autonomia das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Essa compreensão se estende para justificar esse estudo e, simultaneamente, evidenciar sua relevância ao propor investigar quais as dimensões de acessibilidade são mais frequentes, pouco, ou ainda não contempladas nas produções de periódicos de Serviço Social, com maior circulação.

Do mesmo modo, é necessário descobrir quais são as barreiras, tecnologias assistivas e formas de acesso a comunicação e informação utilizadas nos estudos realizados e, a partir desses achados, contribuir para que as dimensões pouco ou ainda não estudadas possam ser problematizadas e suscitar debates para sua inserção em novos estudos e pesquisas, ampliando com isso, a possibilidade de efetivação desse direito, e como isso, apreender como essas mudanças impactam nas vidas das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Para nortear a pesquisa, foi elaborada a seguinte pergunta de partida: Quais são as principais dimensões, barreiras, tecnologias assistivas e formas de comunicação e informação que permeiam a acessibilidade nas políticas públicas nas produções de periódicos de Serviço Social?

A resposta a essa indagação requisita a conjugação e elaboração de objetivos bem como de um percurso metodológico claro, coerente, constituído por método, técnicas e instrumentos indispensáveis ao alcance dos fins propostos.

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSIBILIDADE

A princípio, nos detivemos à análise da perspectiva histórica da sociedade ocidental relativa às pessoas com deficiência, bem como sua trajetória de conquistas de direitos. Nesse sentido, nos dias atuais afirma-se frequentemente que os gregos forneceram a base da civilização ocidental do mundo todo, tendo influência direta sobre a filosofia, matemática, a democracia, enquanto modelo de Estado, geometria, arquitetura e teatro. Nessa sociedade, a aptidão física e intelectual era copiosamente vangloriada. Tal constatação se expressa notoriamente na perfeição corporal materializada nas esculturas, na arte, na mitologia, e também na busca incessante da excelência física nos esportes. Nesse contexto, pessoas com limitações e/ou deficiências não eram aceitas pela sociedade, “para os gregos os deficientes não tinham nada a contribuir com a sociedade, pelo contrário, estavam contrapondo seus ideais, sem mencionar que eram consideradas subumanas, ou seja, uma pessoa que está à baixa da vida humana” (CORRENT, 2016, p.5).

A cultura romana não se distancia da realidade grega, era altamente militarista e possuía uma economia alicerçada na escravidão, além disso, adotavam uma conduta de desprezo e discriminação quanto a deficiência.

A sociedade romana considerava inútil a existência de deficientes e pior considerava-os descartáveis, defendendo a ideologia de sacrificar, ou deixar a mercê da sorte, porque muitas vezes deixavam essas crianças em lugares de extremo perigo, como lugares em que viviam animais selvagens, famintos, com isso, acabavam por devorar essas crianças, outros as colocavam em rios ou em lugares considerados sagrados e as abandonavam (CORRENT, 2016, p.6).

A posteriori, esses traços foram herdados pelas religiões judaicas e cristãs, em que se entendia as deficiências como castigo divino, isso se atesta no texto bíblico onde constantemente são feitas menções às deficiências, como cegueira e paralisia, enquanto consequências de pecados. Ainda assim, o cristianismo era voltado à ajuda e salvação dos oprimidos e desprivilegiados, logo, pessoas com deficiência tornaram-se veículo propício de sentimentalismo, benevolência e caridade (BARNES). Desta maneira, entende-se que, se na Antiguidade a pessoa com deficiência sequer era considerada humana, a partir do período medieval a concepção da deficiência assume um conceito metafísico a partir da natureza religiosa (ARANHA, 2005), embora compreendida como castigo, conforme a citação a seguir ilustra,

(...) na Idade Média o abandono passou a ser condenado e as pessoas com deficiência começaram a receber abrigo em asilos e conventos, principalmente. Porém, nesse período era comum a crença de que a deficiência seria um castigo de

Deus por pecados cometidos e, por isso, os indivíduos com deficiência eram alvo de hostilidade e preconceito (SILVA, 2010, p.40-41).

Segundo Aranha (2005), no século XVIII o ocidente testemunhou o início do processo de industrialização e avanços desmedidos no que se refere à medicina e ciência, esse processo propiciou o fortalecimento do argumento da organicidade em relação ao entendimento da deficiência, em que concebe que essa condição é causada por fatores naturais e não por razões espirituais, metafísicas e transcendentais. A tese da organicidade predispôs o surgimento de ações de tratamento médico voltada para esses sujeitos. Nesse período, as ideias progressistas com ênfase na razão, individualidade e autointeresse racional advindas do movimento iluminista e utilitarista liberal representaram o surgimento do darwinismo social, movimento eugênico e do conceito de higiene social, ou seja, ainda que a sociedade tivesse passado a reconhecer sua responsabilidade com deficientes, essa atenção era voltada para a segregação e retirada dos indivíduos do meio social, “por isso que passam a ser criados orfanatos, prisões e manicômios, lugares para isolar, ou melhor, retirar de circulação os deficientes, proporcionando o sentimento de missão cumprida, porque estavam os ajudando”(CORRENT, 2016, p.8).

É somente com a criação da Organização das Nações Unidas em 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 que a discussão relativa à deficiência adquire mais visibilidade no campo político. A partir disso que se encaminham pactos e convenções internacionais como uma forma de proteção a grupos vulneráveis, no intuito do fim da discriminação e violência quanto pessoas com deficiências, mulheres, crianças. A defesa desses indivíduos significa estabelecer instrumentos jurídicos que legitimem e tornem os direitos universais eficazes: livre expressão, trabalho, habitação, seguridade social, educação, transporte (FERREIRA; FILHO, 2013). A exemplo disso, a ONU aprova em 1975 a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências e proclama 1981 como Ano Internacional Das Pessoas com Deficiência. Em 1982 institui-se o programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (Resolução nº37/52), que tem como objetivo a promoção de medidas de prevenção e reabilitação, assim como a garantia de igualdade de oportunidades e participação plena das pessoas com deficiência na vida social, e em 1992 foi deliberado pela ONU o 3 de dezembro como do Dia do Deficiente (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Historicamente, a trajetória brasileira no que se refere a deficiência recebeu atenção mais recorrente em virtude do aumento de soldados com deficiências físicas e sensoriais

adquiridas após conflitos militares em âmbito nacional e também externo (revolta dos malés, guerra dos farrapos, guerra do Paraguai). Como efeito, foi criado em 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1887 o Instituto dos Surdos-Mudos e no ano de 1868 o Asilo dos Inválidos da Pátria. Essa organização fornecia abrigo e proteção ao “corpo dos inválidos”, grupo composto por oficiais, cadetes e soldados mutilados e sem possibilidade de voltar a trabalhar no serviço militar. Anterior a esse período, não se encontram registros de assistência destinada a pessoas com deficiência, esses indivíduos acabavam por tornar-se responsabilidade de seu grupo familiar, e não do Estado (SILVA, 1987; PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Em 1944 se inaugura o Hospital das Clínicas de São Paulo, representando um marco no estudo e pesquisa no que se refere reabilitação, em 1954 é criada no Rio de Janeiro a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e posteriormente são organizadas diversas estruturas de representação no território nacional: Federação Brasileira de Excepcionais, Conselho Brasileiro para o Bem Estar de Cegos, Associação Nacional de Desportos para Deficientes. No entanto, os cuidados com pessoas com deficiência tinham conotação assistencialista, filantrópica e caritativa, voltados somente para sujeitos de classes menos favorecidas, além da vinculação direta entre a deficiência e área médica (PEREIRA; SARAIVA, 2017; FERREIRA; FILHO, 2013).

A questão da deficiência deixa de ser responsabilidade exclusiva da família e das instituições de caráter filantrópico, para passar a ser uma preocupação também do Estado, que assume essa responsabilidade não como uma política pública, mas apenas apoiando as instituições beneficentes sem fins lucrativos, adotando um modelo assistencialista (PEREIRA; SARAIVA, 2017, p.13).

Contudo, na busca de ampliar a atenção a esse segmento social e transitar da caridade e responsabilidade exclusiva da família associada a responsabilidade do Estado e do direito, sabe-se que os direitos são efetivadas, preponderantemente, por meio de políticas públicas. Políticas públicas suscitadas por diferentes enfoques e estilos intelectuais e em distintas sociedades, são identificadas por Souza (2006), Di Giovanni (2009) e Melo (1999) como uma área de conhecimento e disciplina acadêmica recente, mas que vêm se consolidando, sobretudo nas sociedades democráticas.

Políticas públicas compreendidas segundo Melo (1999) reeditando a concepção de Jobert &

Muller, como, “é o Estado em ação”, em que se insere o primeiro momento da política pública: a inclusão de determinada necessidade social na agenda do poder público.

Para o que nos propomos pesquisar nesse estudo, delimitamos as políticas públicas de corte social, compreendidas como área de conhecimento multidisciplinar em que a acessibilidade nelas é transversal e se imbricam outras dimensões não sociais, mas fundamentais, como arquitetônica, comunicacional e informacional, tecnológica, para tornar exequível a inclusão social das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Para a operacionalização da acessibilidade reivindica-se, entre outras iniciativas, romper com as múltiplas e diversificadas barreiras e outros mecanismos que dificultam o acesso e a participação das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Nesse sentido, em 2000 foi criada a Lei N° 10.098, a primeira voltada totalmente a acessibilidade, assegurando, em tese, a autonomia e oportunidade para todos. Em 2004, é promulgado o Decreto N° 5.296 reforçando a lei N° 10.098, quanto ao atendimento prioritário, projetos arquitetônicos e urbanísticos acessíveis, acesso à comunicação e informação e, inova ao acrescentar as normas técnicas da ABNT como parâmetros de acessibilidades a serem seguidos. Em 2015, cria-se a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que no Art. 58 dispõe sobre o projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar atendendo aos preceitos de acessibilidade, regulamentado pelo Decreto N° 9.451, de 26 de julho de 2018.

A relevância da acessibilidade no cotidiano, revela-se por meio das normatizações expostas anteriormente, sinaliza sua importância não apenas para as pessoas com limitações, mas para todos, visto que ambientes, equipamentos urbanos, mobiliários, comunicação e informação, tecnologias e relacionamentos sem preconceitos e discriminações e com respeito às diferenças e aos diferentes, viabilizam e tendem a humanizar as relações humanas e sociais e minimizar as desigualdades.

Com essa perspectiva, coaduna-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que no seu Art. 3º atualiza a redação do Decreto 5.296 de 2004 que considera para fins de acessibilidade:

- I. - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto

- na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II. - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;
 - III.- tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;
 - IV.- barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:
 - a. barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
 - b. barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
 - c. barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
 - d. barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
 - e. barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
 - f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;
 - V. - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;[...] (BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência, 2015).

Acerca do conceito de pessoa com deficiência, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, de 2007, ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº186, de 9 de julho de 2008, e pelo Decreto Nº 6.949/2009, fundamentam a Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência que no Art. 2º considera pessoa com deficiência:

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de

condições com as demais pessoas (BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência, 2015).

Não obstante, as deficiências são classificadas e definidas em vários instrumentos legais. No entanto, nos referenciamos em legislações mais recentes, como as que evidenciaremos a seguir, iniciando com o Decreto Nº 5.296/2004 que as tipifica em: física, auditiva, visual, mental e múltipla. Distingue-se a deficiência visual em cegueira e baixa visão. A deficiência auditiva é subdividida adotando como parâmetro 70 decibéis, até esse limite considera-se deficiência auditiva, acima dele é reconhecida a surdez. A seguir explicitam-se as definições das deficiências anunciadas:

Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sobre forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho das funções.

Deficiência Auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB até 70 dB, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz.

Surdez - Consiste na perda auditiva acima de 71 dB, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz.

Deficiência Visual – perda total ou parcial de visão, congênita ou adquirida, variando o nível ou acuidade visual da seguinte forma:

Cegueira – Ausência total de visão até a perda da percepção luminosa, em que a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Visão Subnormal ou Baixa Visão – acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Possui resíduos visuais que permitem a leitura de textos impressos ampliados ou com o uso de recursos ópticos.

Deficiência Mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

Deficiência Múltipla – é a associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, Decreto Nº 5.296, 2004).

No Brasil, a partir de 2012, por meio da Lei Nº 12.764/2012, incorpora-se o transtorno do

espectro autista entre as categorias de deficiência. Essa síndrome, segundo essa legislação, apresenta as seguintes características:

I- deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
II- padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, Lei Nº 12.764/ 2012, § 1º, incisos I ou II).

Os lapsos temporais das publicações das legislações precedentes permitem inferir uma atenção tardia do Estado brasileiro para com as pessoas com deficiência, malgrado elas constituam parte da população nacional desde o período colonial. Essa desconsideração com esse grupo social segue a tendência das sociedades em distintos momentos históricos, marcadas por diferentes formas de ver, pensar e tratar os diferentes, expressas no abandono, extermínio, exclusões, segregações, integração e, nas últimas décadas em defesa da inclusão, mediada entre, outros meios, pela acessibilidade. Tais atitudes enfeixam-se em variadas motivações que vão desde desconhecimento, incompreensões, relações de poder e de classe, preconceitos, discriminações, entre outras.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa objetivou identificar as produções em periódicos de Serviço Social, notadamente nas Revistas Serviço Social e Sociedade, Temporáris, Ser Social e Praia Vermelha, em formato on-line, publicadas no período de 2011 a 2020, a partir da identificação de trabalhos que em seus títulos, ou palavras-chaves expressassem termos como: acessibilidade, tecnologia assistiva, barreiras, comunicação e informação, pessoa com deficiência e políticas sociais. A demarcação dessa temporalidade histórica explica-se em razão de que é nesse período em que se passa a veicular o maior volume de periódicos de Serviço Social

no formato on-line.

Esses critérios relacionam-se ao tema e as lacunas observadas em algumas produções. Em outros termos, alguns trabalhos utilizam o termo acessibilidade, mas sem relacionar qual, ou quais dimensão(ões) da acessibilidade foram estudadas, barreiras que se interpõem na acessibilidade e tecnologias assistivas e formas de comunicação e informação utilizadas para viabilizarem a acessibilidade.

A partir do levantamento realizado inicialmente, foram identificados novecentos e sessenta e nove (969) artigos distribuídos entre noventa e três (93) edições e oitenta e uma (81) produções publicadas nos quatro periódicos mencionados no período de 2011 a 2020. A quantidade total resultou da busca a menção as palavras-chave determinadas: Acessibilidade, Barreiras, Comunicação, Deficiência e Tecnologia Assistiva. Os dados acerca do primeiro momento da análise podem ser sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 1: Primeiro Levantamento das Produções de Periódicos de Serviço Social

REVISTAS	PERÍODO PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	QUANTIDADE DE PRODUÇÕES
Praia Vermelha	2011 a 2020	179	04
Serviço Social e Sociedade	2011 a 2020	300	43
Ser Social	2011 a 2020	198	30
Temporalis	2011 a 2020	292	04
TOTAL	2011 a 2020	969	81

Fonte: Pesquisa realizada nos períodos acima delimitados, período 2011 a 2020.

A condensação dos dados obtidos expressos no quadro acima expõe um quantitativo de periódicos expressivo, seguindo, de certa forma, na mesma direção da quantidade de produções, os quais numa primeira aproximação, isto é, quando as palavras-chave delimitadas para a pesquisa foram mencionadas de maneira pontual, sinalizaram esse primeiro resultado.

Todavia, no segundo momento da pesquisa quando analisamos o título das produções com

ênfase nas palavras-chave e sua correspondência com a deficiência e, acrescentamos a área da política pública das produções correspondentes, observa-se uma redução significativa nas produções de Serviço Social que abordam a questão da acessibilidade (03), deficiência (3), barreiras (3), comunicação (2) e tecnologias assistivas (2). As áreas das políticas públicas que concentram as produções voltadas para a questão da acessibilidade articulada as pessoas com deficiência são assistência social presente nos quatro periódicos, seguida de educação em dois periódicos, previdência em dois periódicos e sociojurídico igualmente em dois periódicos, conforme se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 02: Segundo Levantamento das Produções de Periódicos de Serviço Social

REVISTAS	QUANTIDADE DE PRODUÇÕES	PALAVRAS-CHAVE	ÁREAS DA POLÍTICA SOCIAL
Praia Vermelha	02	Deficiência	Assistência social
Serviço Social e Sociedade	20	Acessibilidade, barreiras, comunicação, deficiência	Assistência social, educação, previdência, sociojurídico
Ser Social	19	Acessibilidade, barreiras, comunicação, deficiência, tecnologias assistivas	Assistência social, educação, sociojurídico
Temporális	02	Deficiência, acessibilidade, barreiras	Assistência social, previdência

Fonte: Pesquisa realizada nos períodos acima delimitados, período 2011 a 2020.

Destacamos que, entre os quatro periódicos selecionados para esse estudo, apenas a revista “Ser Social” traz menção a todas as palavras-chave definidas (acessibilidade, barreiras, comunicação, deficiência, tecnologias assistivas), no entanto, ainda em um quantitativo baixo em detrimento da totalidade de artigos (9,60%). Ademais, nenhuma das

969 produções apuradas fazem referência aos 5 termos simultaneamente, logo, evidencia-se que, apesar da incontestável relevância, a temática não possui centralidade nas discussões levantadas nas produções de periódicos na área de Serviço Social.

No momento posterior, analisamos os periódicos que em seus títulos e palavras-chaves aproximavam-se do nosso objeto de estudo. Nessa direção, identificamos quarenta e três (43) trabalhos. Após a leitura e análise dos mesmos, foi possível vislumbrar a centralidade que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) possui nos assuntos discutidos no que se refere às áreas da política social da assistência, previdência e sociojurídico.

No campo da assistência social, os temas abordados relativos ao BPC se concentram na perspectiva histórica da implementação do benefício, seus efeitos e impactos na vida dos beneficiários e crítica às barreiras que dificultam o acesso, como: critério de renda, deficiência permanente, impossibilidade de haver outro membro da família com o benefício, avaliação social.

Com relação à dimensão da previdência, o destaque fica por conta das inflexões da perícia médica enquanto limitação de acesso ao BPC. Entende-se que perspectiva médica tende a privilegiar o reducionismo, isto é, adota uma dimensão estritamente biológica em que o entendimento recai sobre os determinantes do processo saúde-doença, logo, descontextualiza o indivíduo de sua inserção biográfica, familiar e social, parâmetros que deveriam ser inelimináveis desse sujeito.

No sociojurídico, o eixo de debate gira em torno da judicialização de efetivação de direitos, que segundo a literatura ocorre especialmente acerca do BPC.

Foram encontrados apenas três artigos na área da educação, em que se discutem a assistência estudantil na educação superior, desafios na materialização da educação especial, distinção entre as legislações e prática pedagógica e a importância na participação e permanência de crianças com deficiência no ambiente escolar.

Em um sentido geral, os autores consideram as legislações correlatas vastas e pertinentes, representando uma conquista significativa para esses sujeitos, no entanto, se questiona seu caráter focalizado e fragmentado, bem como o cumprimento e materialização dessas leis.

4 CONCLUSÕES

Em congruência com o explorado no decorrer do estudo, é possível identificar que as legislações relacionadas à acessibilidade, deficiência, barreiras, tecnologia assistiva têm

ganhado visibilidade na agenda política e abrangem dimensões significativas no que se refere a garantia de direitos, de modo que viabilize a operacionalização da acessibilidade no intuito de romper com as múltiplas e diversificadas barreiras e outros mecanismos que dificultam o acesso das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida em condições de igualdade com as demais pessoas. No entanto, verificamos um descompasso entre as legislações pertinentes e as políticas públicas direcionadas para estes sujeitos, tal constatação se estende às pesquisas acadêmicas no Serviço Social, campo consolidado de produções científicas e, em particular nos periódicos e períodos delimitamos nesse estudo. Ancoradas no levantamento realizado em trabalhos publicados nos periódicos de maior circulação no Serviço Social entre o período de 2011 a 2020, foi identificado um quantitativo abundante de produções que tratam de assuntos de grande relevância, como: transformações societárias, aspectos do trabalho, raça, etnia, gênero, projeto profissional e entre outros. Contudo, produções relacionadas à acessibilidade e deficiência são notoriamente escassas e limitadas, ademais, os trabalhos que correspondem as palavras-chave determinadas para análise não necessariamente condizem com os conteúdos explicitados. Sendo assim, acreditamos que isto pode ser um impeditivo para obtermos informações e elucidações significativas acerca dessa temática.

Do estudo empreendido, concluímos que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) possui notoriedade nas produções dos periódicos pesquisados em três áreas da política social: assistência, previdência e sociojurídico. Ainda que, o BPC seja uma das expressões mais concretas e visíveis da proteção social garantida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), os trabalhos deixam de lado outras legislações e políticas também pertinentes e necessárias para a garantia dos direitos sociais, da participação, autonomia e inclusão das pessoas com deficiência.

Assim, com base nos resultados obtidos nesse estudo, inferimos a existência de uma grave lacuna em produções científicas nos periódicos de Serviço Social relativas as pessoas com deficiência. Quiçá uma interlocução com o Projeto Ético-político do Serviço Social, marcado pelo seu compromisso intransigente com os direitos humanos e defesa da autonomia, equidade e liberdade, especialmente ao que se refere setores vulnerabilizados da sociedade, onde se inserem pessoas com deficiências e a inserção na matriz curricular nos Cursos de Serviço Social poderiam contribuir na formação profissional de assistentes sociais e suscitar a ampliação de estudos, discussões, debates e produções científicas relativas a esses sujeitos, considerando que o conjunto de barreiras existentes na sociedade cerceiam

a participação na vida social com autonomia das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva : garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BARNES, Colin. Um legado de opressão: uma história de deficiência no Ocidente. *In*: OLIVER, Mike; BARTON, Len. **Estudos sobre deficiência: passado, presente e futuro.** [S. l.:s. n.], 1997. cap. 1, p. 3-24.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto – lei nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1999.

BRASIL. **Portaria N.º 1.679** de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer N° 17/2001.** Requisitos de acessibilidade para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284/2003/MEC.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296** de 2 de dezembro de 2004^a. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005.** Reconhece a Língua Brasileira de Sinais.

BRASIL.. **Decreto N° 186/2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

BRASIL. **LEI Nº 12.764/2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. **Lei 13.146/2015**. INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA).

CORRENT, Nikolas. **DA ANTIGUIDADE A CONTEMPORANEIDADE: a deficiência e suas concepções**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000089, 22/09/2016.

DI GIOVANNI, Geraldo. AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. In: **Caderno de Pesquisa NEPP/UNICAMP**, Nº 82, Campinas, 2009.

FERREIRA, G.; CABRAL FILHO, A. V. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. SER Social, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 93–116, 2013. DOI: 10.26512/ser_social.v15i32.13036. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036. Acesso em: 26 ago. 2022.

FLICK, Uwe. **QUALIDADE NA PESQUISA QUALITATIVA**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A CONSTRUÇÃO DO SABER**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre : Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte : Editora UFMG, 1999.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sergio (Org.). O que ler na ciência social brasileira. São Paulo: Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1975. Apêndice: Do Artesanato Intelectual.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

Pacheco KMDB, Alves VLR. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. Acta Fisiátr. [Internet]. 9 de dezembro de 2007 [citado 26 de agosto de 2022];14(4):242-8. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875>

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa. **As Pessoas Com Deficiência no Mercado de Trabalho: expressão das desigualdades sociais**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). UFRN. Natal/RN, 2007.

. DETERMINANTES E DEMANDAS ORGANIZACIONAIS PRESENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO EM MOSSORÓ – RN. In: **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital**. São Luis/MA, 2011.

; LINS, S. A. B. AVANÇOS DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NA UERN. In: **I Seminário Potiguar, Inclusão e Diversidade**. Mossoró/RN, dezembro, 2011.

; et al. **BARREIRAS IMPOSTAS A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: um estudo de caso dos usuários da APAE em Mossoró/RN. In: VII Colóquio da Associação Francófona Internacional de Pesquisa Científica em Educação (FIRSE), 2013.

. PROGRAMA INCLUIR: esboço metodológico de uma avaliação de processo. In: **V Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais e III Seminário Internacional sobre Avaliação** (SEMEAP), Recife, 2014.

. TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE do Mercado de Trabalho em Mossoró/RN. In: **XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**. Natal/RN, novembro/dezembro 2014.

. O PROCESSO DE INCLUSÃO DE DISCENTE CEGO NA UERN: um estudo de caso. In: **VI SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**. Natal/RN, 2014.

. PRÁTICAS DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: relato de experiência. **Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial**, UFSCar/SP, 2014.

; et al. Educação Superior numa perspectiva inclusiva: possibilidades e limites na UERN. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial**, UFSCar/SP, 2014.

SOUZA, Celina. “ESTADO DO CAMPO” DA PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol. 18 nº 51 fevereiro 2003.

. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, vol. 8, núm. 16, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil jul./ dez. 2006, pp. 20-45. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819555003>.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**/ Curitiba: Ibpex, 2010 p.40-41.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Políticas públicas: introdução às atividades e análise. Natal:

EDFURN, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** : a Pesquisa Qualitativa em Educação . São Paulo Atlas,1987.

,